

## **FONTES DE DADOS E METODOLOGIAS EM ESTUDOS AGRÁRIOS BRASILEIROS MODERNOS - Verificando os avanços na historiografia gaúcha**

*Marcelo Porto Nicola\* - UFRGS*

### **Resumo**

O presente trabalho analisa a influência das recentes recomendações com relação a metodologias e fontes de dados em estudos sobre história da agricultura na produção historiográfica gaúcha moderna. Através de revisão bibliográfica são apresentadas as principais recomendações para os estudos modernos em historiografia agrária, propostas por Silva e Linhares (1981). O grande diferencial da obra seminal desses autores foi o seu objetivo de ressaltar a importância do mercado interno brasileiro, que se intensificou ao longo do século XIX, em evidente oposição a uma historiografia já consolidada que explicava o país tão somente a partir de seus condicionantes externos. Para subsidiar a análise são investigadas as fontes de dados e metodologias utilizadas por Caio Prado Jr. e Celso Furtado ao produzirem obras – Formação do Brasil Contemporâneo e Formação Econômica do Brasil - que são classificadas como generalizantes e influenciadoras de estudos considerados tradicionais por Silva e Linhares. Na sequência são analisadas duas obras da historiografia gaúcha moderna – Do Arcaico ao Moderno, o Rio Grande do Sul agrário do século XIX, de Paulo Afonso Zarth; e Estrutura Agrária e Ocupacional, de Helen Osório - para verificar as influências e os avanços propostos por Silva e Linhares. O trabalho identificou que a historiografia gaúcha moderna incorporou inúmeros avanços metodológicos, tais como, a ênfase no mercado interno; o reconhecimento da complexidade do tecido social; a mudança no foco de avaliação das listas de registro de posse da terra; e a superação da noção dos ciclos econômicos. Quanto às fontes de dados modernas, recomendadas por Silva e Linhares, foi possível identificar que os autores da historiografia gaúcha utilizaram em suas pesquisas as seguintes: inventários *post-mortem* e processos-crime relacionados a conflitos pela posse da terra. A diferença entre as fontes de dados e abordagens metodológicas é muito evidente em diversos aspectos, ao se analisar os trabalhos de Zarth e Osório em relação aos trabalhos de Prado Jr. e Celso Furtado. Em trabalhos futuros, a comparação entre autores tradicionais e modernos que pesquisaram especificamente a história da agricultura do Rio Grande do Sul será muito proveitosa na identificação dos contrastes nas fontes de dados e nas abordagens metodológicas utilizadas por estes dois grupos de pesquisadores.

**Palavras-chaves:** Metodologias; Fontes de dados; Estudos agrários.

### **Introdução**

A partir da obra de Silva e Linhares, intitulada História Social da Agricultura, publicada em 1981<sup>1</sup>, muita coisa tem mudado nos estudos sobre história da agricultura, pois ela vem influenciando a produção historiográfica nacional produzida a partir de então, ao longo das últimas três décadas (GUIMARÃES E MOTTA, 2007).

O grande diferencial da obra destes autores foi seu objetivo de ressaltar a importância do mercado interno brasileiro, que se intensificou ao longo do século XIX, em evidente

---

\*Marcelo Porto Nicola. Especialista em Desenvolvimento Rural-CPDA/UFRRJ. Mestre em Extensão Rural-PPGExTRURAL/UFSC. Agrônomo da EEA/Fac. Agron./UFRGS. Atualmente aluno especial do PGDR/UFRGS E-mail: [mrprnicola@gmail.com](mailto:mrprnicola@gmail.com). Fone: 51 3481 1557.

<sup>1</sup>O acesso ao conteúdo desta obra foi indireto, através de trabalho mais recente dos mesmos autores Silva e Linhares (1995), intitulado Região e História Agrária e o trabalho de Guimarães e Motta (2007), intitulado História Social da Agricultura revisitada: fontes e metodologias de pesquisa.

oposição a uma historiografia já consolidada que explicava o país tão somente a partir de seus condicionantes externos. Segundo Silva e Linhares (1995), a maioria dos estudos anteriores dava como comprovada as afirmações generalizantes de trabalhos de Caio Prado Jr, Néelson Werneck Sodré ou Celso Furtado, realimentando o aspecto generalista da história do Brasil.

O objetivo do presente trabalho é verificar a presença destas recomendações modernas nos estudos recentes de historiografia agrária do Rio Grande do Sul, através da análise das fontes de dados e metodologias utilizados em pesquisas realizadas por Helen Osório (1995) e Paulo Afonso Zarth (2002). Para atingir este objetivo são apresentados primeiramente quais são as principais recomendações propostas por Silva e Linhares para os estudos modernos em historiografia agrária. Num segundo momento são investigadas as fontes de dados e metodologias que foram utilizadas por Caio Prado Jr e Celso Furtado para produzir obras que são classificadas de generalizantes e influenciadoras de estudos considerados tradicionais por Silva e Linhares. Na sequência serão avaliadas as obras de Helen Osório, *Estrutura Agrária e Ocupacional*, e de Paulo Afonso Zarth, *Do Arcaico ao Moderno – o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. A última parte verifica os avanços nas obras de autores da historiografia agrária gaúcha moderna que o presente trabalho foi capaz de investigar.

### **Velhas fontes, novas abordagens.**

Guimarães e Motta (2007) afirmam que Silva e Linhares (1981) apresentaram propostas de novas técnicas metodológicas para tratar velhas fontes e objetos que vinham sendo trabalhados pela historiografia tradicional. As propostas para ‘um novo olhar’ às fontes tradicionais podem ser resumidamente apresentadas como segue<sup>2</sup>.

#### **a- Fontes relativas à estrutura fundiária**

Para o século XIX, a fonte de pesquisa mais destacada para análise da estrutura fundiária é o Registro Paroquial de Terras realizado nos anos de 1856/57. A principal inovação proposta para análise dos registros paroquiais foi mudar o foco da avaliação nas extensões das propriedades (grandes, médias e pequenas) para a verificação da forma de apropriação do solo (sítio, fazenda de gado, porção, etc.) e da relação jurídica (terras próprias, terras comuns, antiga sesmaria, herança, posse direta).

#### **b-Fontes para o estudo da estrutura social e demografia**

Os dados da estrutura social podem ser obtidos por via direta ou indireta. Relativamente à via direta, os historiadores dividem a história demográfica brasileira em dois

---

<sup>2</sup>Para maiores detalhes consultar: Guimarães e Motta (2007).

períodos. O primeiro é denominado período pré-estatístico e é composto, principalmente, por esparsas “Listas nominativas”<sup>3</sup>; e o segundo é denominado período estatístico, com início em 1872, a partir do Recenseamento Geral do Império. Quanto à via indireta, os dados demográficos podem ser obtidos a partir de registros de batismo, casamento e óbito. Somam-se a estas, ainda, as fontes demográfico-eleitorais, quase exclusivamente listas de qualificação de votantes. Nesta esteira, é preciso destacar também, as fontes de origem cartorial para o estudo das estruturas sociais<sup>4</sup>. A ação dos Juízes de Paz, por sua vez, instituídos no país, a partir de 1824, produziu farta documentação de registro de suas audiências de conciliação. As audiências eram registradas nos Livros, constituindo-se, desta forma, em outra relevante fonte para o estudo das questões agrárias e dos conflitos.

#### c-Fontes de natureza econômica e político-institucional

As fontes de natureza econômica e político-institucional são constituídas pelas já mencionadas fontes cartoriais, bem como os jornais, os livros de instituições de caridade, arquivos militares, inquéritos agrícolas e outras. Para completar, somam-se as anteriores, as chamadas fontes tradicionais, tais como, relatórios (Presidente da Província, Relatórios Ministeriais), atas e correspondências das câmaras, legislação<sup>5</sup>, correspondências de diversos segmentos da administração, com destaque para as fontes oriundas das câmaras municipais<sup>6</sup>.

### **Abordagens Recentes Para A História Social Da Agricultura**

Uma característica marcante nos novos estudos é o reconhecimento da existência de um tecido social nacional muito mais complexo do que até então vinha sendo considerado, à medida que os autores ficaram mais atentos às estratégias de sobrevivência/comercialização de pequenos produtores e às experiências vivenciadas por camponeses negros e mestiços durante o período escravista e pós-abolição.

Neste contexto de novas inspirações e tendências na pesquisa, também se incluí a compreensão por parte dos estudiosos de que ocorriam desavenças e disputas principiaadas a partir, por exemplo, da morte de um fazendeiro, envolvendo familiares e herdeiros. Além do

---

<sup>3</sup>Uma lista completa, bem preenchida – longe de ser regra geral - contém dados sobre escravaria, agregados, presença de imigrantes, esposas e filhos, profissão e idades.

<sup>4</sup>De modo geral, cartórios e fóruns possuem documentação preservada em estado razoável. (GUIMARÃES E MOTTA, 2007).

<sup>5</sup>Guimarães e Motta (2007) salientam a importância dos estudiosos procurarem compreender as leis, aqui incluída a Lei das Terras, a partir de uma abordagem thompsoniana, que as caracteriza como inseridas em contextos históricos específicos e entendidas como arenas de luta.

<sup>6</sup>Os relatórios dos fiscais das câmaras municipais, por exemplo, são fontes privilegiadas para averiguar a carestia da vida, as vendas ilegais de produtos, os conflitos em torno das estradas públicas, as crises epidêmicas e os desrespeitos às posturas municipais.

mais, neste momento de partilha *post mortem*, se registravam informações em testamentos e inventários, que permitem investigar a economia autônoma dos escravos, tais como pomares, cafezais, outros pequenos bens ou mesmo dinheiro acumulado pelo servo através do trabalho e reconhecido pelo proprietário em documentos oficiais (GUIMARÃES E MOTTA, 2007).

A ocupação de terras por aqueles que acreditam serem elas devolutas (arrendatários e agregados - denominados pequenos posseiros), em contraste com os esforços dos fazendeiros em convencer a justiça de que as terras são partes de seu patrimônio, muito tem a nos dizer sobre conflitos e movimentos rurais no Brasil do século XIX (GUIMARÃES E MOTTA, 2007).

Em resumo, passados 25 anos do estudo pioneiro de Silva e Linhares (1981), as pesquisas em história social da agricultura consagraram-se como um caminho possível para se compreender as múltiplas dimensões das discórdias no universo rural (GUIMARÃES E MOTTA, 2007).

### **A Regionalização Dos Estudos<sup>7</sup>**

O estudo da complexidade do tecido social em trabalhos de abrangência nacional se constitui em esforço extremo com alta probabilidade de insucesso. Com base nas modernas recomendações de pesquisa em historiografia agrária é possível afirmar que os estudos regionais, que lançam mão de fontes de dados e métodos que podem ser comparáveis entre si, são o caminho adequado para captar a riqueza do tecido social brasileiro e ao mesmo tempo contribuir para a construção da historiografia nacional cheia de especificidades e matizes, muito mais próxima do que ela realmente foi. A recomendação moderna ressalta o valor dos escopos, regional e local, para a investigação minuciosa e atenta das características, das relações sociais e dos mercados, localmente estabelecidos, qualificando-os como etapas indispensáveis na construção nacional da história agrária do país. Paulatinamente, como mostra o estudo de Silva e Linhares, tem ocorrido um movimento no interesse da pesquisa, deslocando-se do escopo nacional generalizante para o escopo regional/local intenso em especificidades.

Conforme Silva e Linhares (1995), os estudos modernos da história agrária requerem duas questões básicas: conhecimento das fontes disponíveis e definição de um recorte geográfico. Quanto ao recorte, nas últimas décadas, os pesquisadores nesta área têm alto nível de consenso quanto à valorização do escopo regional para os estudos de história agrária.

---

<sup>7</sup>Para mais detalhes sobre recomendações de regionalização dos estudos consultar: Silva e Linhares (1995).

Contrariamente, autores que produziram obras clássicas da historiografia nacional, tais como, Caio Prado Jr. ou Celso Furtado optaram pelo enfoque generalizante da história do país. Tal enfoque está na contramão das pesquisas mais recentes (SILVA e LINHARES, 1995).

### **Os Procedimentos Metodológicos E Fontes De Pesquisa Em Trabalhos Tradicionais**

Nesta parte do trabalho são apresentados procedimentos metodológicos e fontes de pesquisas utilizadas por dois autores de estudos tradicionais: Caio Prado Jr., para o desenvolvimento da pesquisa que compõem o conteúdo do livro *Formação do Brasil Contemporâneo*; e Celso Furtado, para o estudo que originou o livro denominado *Formação Econômica do Brasil*.

#### *Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Jr.*

Neste livro o autor fez uma síntese dos três primeiros séculos da colonização, até início do século XIX, momento caracterizado por ele como uma etapa decisiva e de intensas transformações na evolução do país.

Para o desenvolvimento de seu trabalho, Caio Prado Jr. não realizou pesquisas em arquivo, utilizando-se de fontes secundárias e também de fontes primárias já impressas: seu objetivo era o de elaborar uma síntese geral do período colonial; o que, pela simples extensão da periodização escolhida (três séculos), o impossibilitaria de trabalhar exaustivamente em arquivos. O principal método de pesquisa utilizado pelo autor foi o de releitura, análise e crítica de fontes conhecidas<sup>8</sup> (DACOL, 2004).

Apoiado em suas fontes de pesquisa, Caio Prado Jr (2006), afirma que a produção de bens nas colônias da América Latina se destinava ao abastecimento das necessidades metropolitanas, ou seja, como mercados exportadores de matérias-primas. Esse era o "sentido da colonização" do Brasil e de todas as demais "colônias de exploração". Paralelamente, instalou-se a escravidão como base da sociedade colonial. Tudo estava integrado, direta ou indiretamente, ao núcleo escravista. Com base em Nova (1996), dentro dessa lógica, Caio Prado Jr. dividiu a população colonial em dois setores: um setor era constituído pela massa escrava e por todos aqueles que faziam parte do sistema escravista; o outro incluía as categorias sociais que se mantinham marginais a estrutura colonial básica, apesar de se verem

---

<sup>8</sup>Caio Prado Jr deu grande importância ao trabalho de campo e à etnografia dos viajantes franceses em expedição no Brasil no século XIX. Dentre as fontes mais frequentemente mobilizadas em *Formação do Brasil Contemporâneo* destacam-se a literatura de cronistas e tratadistas que escreveram sobre a colônia, bem como os relatos de viajantes, cartas descritivas da costa brasileira, registros informativos com dados demográficos, memórias e corografia histórica, estudos de itinerários e notícias descritivas em geral (DACOL, 2004).

por ela afetadas. Este segundo grupo seria composto, sobretudo, pelos agricultores de subsistência, trabalhadores da pequena indústria doméstica, vadios e demais 'livres' desclassificados da colônia.

Prado Jr. (2006) dividiu seu ensaio em três partes: povoamento, vida material e vida social.

Na primeira parte, ele discute a trajetória e o alcance da ocupação do território brasileiro, determinada pelas condições geográficas e, principalmente, pela estrutura econômica da colônia. Na segunda parte do livro o autor interpreta os principais aspectos da economia da colonização, cujo elemento central teria sido a agricultura de *plantation*, baseada na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo, e cuja produção se destinava ao abastecimento do mercado mundial. Seu curso teria sido marcado por sucessivos períodos cíclicos de prosperidade, acompanhados de declínios posteriores.

Prado Jr. (2006) admite que existiram formas secundárias de atividade econômica (agricultura de subsistência, pecuária, extração, manufaturas) que, entretanto, não teriam vida própria e manteriam uma relação de dependência com o eixo central da economia, a grande lavoura. A mineração não se distanciaria do modelo implantado pela agricultura de *plantation*, mantendo todas as suas características de dependência externa, crises cíclicas, e outras. Na terceira parte do livro, Prado Jr. (2006) analisa a sociedade brasileira, observando estar ela profundamente marcada pela escravidão e pelos interesses comerciais externos.

Segundo Nova (1996), este sistema alicerçado na grande lavoura para exportação e escravidão, no início do século XIX, já mostrava sinais de decomposição que se manifestavam através de um "mal-estar generalizado". Isso significava que o sistema colonial do Brasil havia esgotado suas possibilidades de desenvolvimento, aflorando, em função disso, contradições (internas e externas), disputas entre classes sociais e debates acalorados de idéias.

Enfim, Nova (1996) salienta que Formação do Brasil Contemporâneo é uma obra histórica que aborda o desenvolvimento do Brasil em longa-duração, na qual o autor enquadrou suas análises numa perspectiva totalizante.

Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado.

Tamás Szmrecsányi (1999) ressalta no seu estudo sobre a obra de Celso Furtado que no livro Formação Econômica do Brasil, há uma omissão quase total de referências à

“bibliografia histórica brasileira”<sup>9</sup>. Com base nesta constatação, Szmrecsányi (1999), se indaga sobre a origem dos conhecimentos históricos de Celso Furtado, tão parcamente indicada pelas poucas fontes nacionais e portuguesas que ele cita no seu texto e/ou nas suas notas de rodapé<sup>10</sup>. Além do problema da ausência de citação das referências históricas, o mesmo autor (1999), critica a metodologia de análise econômica, dispensada por Celso Furtado<sup>11</sup>, aos seus dados e informações de caráter histórico.

Na verdade, a única obra precursora que Celso Furtado chega a mencionar com destaque tanto no livro em análise neste trabalho como em sua tese de doutorado é a *História econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, publicada pela primeira vez em 1944 e reeditada em 1957 (SZMRECSÁNYI, 1999).

Coutinho (2008) salienta que na visão de Furtado é o comércio internacional que tem a capacidade de mobilizar os recursos subutilizados (terra, capitais e trabalho – quando e aonde existe população envolvida com as atividades do “setor de subsistência”) e de despertar uma economia adormecida. Assim, quando os surtos de exportação extinguem-se antes do surgimento de um surto substituto, ou anteriormente à obtenção da diversificação econômica e ao desenvolvimento de um mercado interno, a economia retroage e os recursos retornam à ociosidade, caracterizando os chamados “ciclos econômicos”. Para Celso Furtado, o comércio externo é o único capaz de despertar os fatores internos de uma economia, e caso não ocorra, tais fatores permanecem adormecidos, constituindo-se como o motor do primeiro estágio de desenvolvimento das nações<sup>12</sup> (COUTINHO, 2008).

De acordo com o mesmo autor (2008), Celso Furtado define o setor de subsistência, em uma economia colonial, como aquele que abarca todas as atividades fora dos núcleos exportadores<sup>13</sup>. Coutinho (2008) levanta uma importante questão, que retrata como o termo

---

<sup>9</sup>Entre os 75 nomes de pessoas que figuram no Índice Onomástico da obra, apenas 13 (incluindo o próprio Furtado) são de autores de trabalhos em língua portuguesa. Destes, mais da metade (ou seja, sete) não constituem obras de referência, mas fontes documentais de dados e informações das épocas analisadas. Somam-se aos seis restantes, os nomes de sete autores estrangeiros de trabalhos sobre o Brasil publicados em outras línguas. Desta forma, temos uma bibliografia de apoio constituída de apenas 12 itens, excluindo um artigo do próprio Celso Furtado.

<sup>10</sup>Para mais detalhes sobre as fontes de pesquisa de Celso Furtado consultar: Szmrecsányi (1999) e Coutinho (2008)

<sup>11</sup>Coutinho (2008) também ressalta que a utilização de conceitos econômicos por Furtado é bastante peculiar, e nem sempre coincidente com o sentido geral aceito pelos economistas.

<sup>12</sup>O segundo estágio aconteceria em decorrência do primeiro, e se caracterizaria pelo desenvolvimento do mercado interno.

<sup>13</sup>Para Celso Furtado, as manadas de gado que povoaram o interior nordestino e que proporcionavam carne para o consumo das cidades ou dos engenhos açucareiros, faziam parte da “economia de subsistência”. A provisão de alimentos para os escravos nas minas de ouro também fazia parte das atividades “de subsistência” (COUTINHO, 2008).

“setor de subsistência” é subestimado<sup>14</sup> por Celso Furtado, e muito provavelmente por todos os autores da época. É curioso notar, com base no que infere a pesquisa de Celso Furtado, que o denominado “setor de subsistência”, além de manter as pessoas nele envolvidas, proporcionava alimentos para os setores exportadores e para as populações das cidades. Assim, avaliando as afirmações contidas em Formação Econômica do Brasil, defronta-se com um paradoxo: o “setor de subsistência” produzia excedente? Celso Furtado apresenta em seu livro uma estrutura econômica colonial que compreendia dois segmentos, os setores líderes/produtores de excedentes e a “economia de subsistência”, a qual diante desta dualidade proposta pelo autor, não produzia excedentes (COUTINHO, 2008). Coutinho (2008) arrisca dizer que Celso Furtado utilizou o termo “subsistência” como sinônimo de baixa produtividade. Pode-se trilhar ainda outra linha de entendimento, na qual Celso Furtado se refere à produção de excedentes, exclusivamente aos excedentes exportáveis, e assim, certamente, o “setor de subsistência” não se enquadraria como produtor de excedentes.

### **Os Procedimentos Metodológicos E Fontes De Pesquisa Na Historiografia Gaúcha Moderna**

A partir deste ponto serão apresentados os procedimentos metodológicos e fontes de pesquisa de dois trabalhos de pesquisadores modernos da historiografia agrária gaúcha com a intenção de identificar a presença das recomendações do trabalho de Silva e Linhares (1981) nestes estudos. Os trabalhos são:

Do Arcaico ao Moderno, o Rio Grande do Sul agrário do século XIX, de Paulo Afonso Zarth.

O objetivo do trabalho Paulo Afonso Zarth é compreender a transformação do Rio Grande do Sul de uma região baseada no latifúndio pastoril e escravidão para uma região diversificada baseada no trabalho livre, evidenciando o escopo regional do estudo. Com este estudo regional, Zarth (2002) pretende contribuir para uma síntese da história agrária brasileira, a partir de estudos regionais.

Para alcançar seu objetivo, o autor tem a pretensão de analisar, principalmente, a ocupação e apropriação das terras; a transição da escravidão para o trabalho livre; aspectos

---

<sup>14</sup>Na análise dos ciclos exportadores, por Celso Furtado, nenhuma atenção foi dada aos preços dos produtos básicos de mercado interno, mesmo quando admitida sua produção fora das unidades exportadoras, na medida em que este autor considerava residuais as transações monetárias entre os dois setores, exportador e o de subsistência (COUTINHO, 2008).



técnicos da agropecuária; o problema do abastecimento interno; a imigração europeia, a estrutura de transportes e a legislação agrária da época.

Zarth (2002) admite que um estudo que trata da transformação da sociedade rural num período relativamente longo envolve um conjunto amplo de considerações teóricas e metodológicas. O limite cronológico da pesquisa foi a independência, proclamada em 1822, e a abolição da escravatura, em 1888. Quanto ao limite espacial o autor definiu a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, argumentando que desde o surgimento do Império do Brasil, a província sulina manteve o território com poucas alterações. Nas palavras de Zarth (2002), *“isto nos permite o acesso a uma documentação regular e homogênea, com quadros estatísticos e políticos organizados dentro destes mesmos limites”*.

Para Zarth (2002), uma questão considerada crucial para o estudo é a compreensão da racionalidade das atividades econômicas do Rio Grande Sul, durante o século XIX. Assim, os procedimentos metodológicos e as fontes de consulta procuram desvendar o setor pastoril, representado pelo latifúndio pastoril; o setor colonial, representado pela pequena propriedade agrícola e a agricultura e extrativismo praticados pelos lavradores nacionais.

As principais fontes de consulta de dados para o estudo de Paulo Afonso Zarth podem ser classificadas como segue: i-fontes gerais, que abarcam relatórios do Presidente da Província, relatos de viajantes, cronistas, censos demográficos e relatórios estatísticos; e ii-dados nas unidades produtivas, políticas e administrativas (vilas)<sup>15</sup>.

Quanto à busca de dados nas unidades produtivas, destaca-se o exame de inventários *post-mortem*, em vários municípios gaúchos. Salienta-se também a consulta a determinados processos-crime de alguns períodos e em locais determinados, relacionados a conflitos pela posse da terra. Por fim, o trabalho lança mão da consulta aos Relatórios Oficiais produzidos por diversos setores da administração pública, com destaque para os Relatórios da Diretoria de Obras Públicas, que formam o melhor conjunto de fontes para o estudo da colonização europeia nos últimos anos do século XIX em diante.

Estrutura Agrária e Ocupacional, de Helen Osório.

O trabalho de Helen Osório, por sua vez, objetiva desmistificar a imagem cristalizada de que a paisagem agrária do Rio Grande do Sul no período colonial é composta simplesmente por vastas campanhas, imensos rebanhos e poucos homens. A autora esclarece

---

<sup>15</sup>No conjunto de dados extraídos nas vilas, destacam-se as informações das Câmaras de Vereadores, as quais permitem observar: i- a preocupação local com o abastecimento; ii- a preocupação com a comunicação no interior da província (estradas) e iii- detalhes sobre a escravidão, leis de regulação da vida e o medo das rebeliões escravas e índias.

que tal visão está calcada principalmente em relatos de viajantes europeus habituados a outras paisagens, a outros tipos de sociedades camponesas e a outros padrões de produção pecuária, os quais olhavam e faziam registros da província meridional em terras luso-americanas através de suas ‘lentes’ européias.

Helen Osório (1995) sentencia que esta percepção corresponde apenas parcialmente à realidade colonial. As assertivas da autora se fundamentam na utilização de outras fontes históricas, além dos testemunhos de viajantes, tais como, censos de população e de terras, processos judiciais e inventários de bens a serem partilhados entre herdeiros. Tal estrutura de fontes de consulta ofereceu dados que permitiram desvendar uma sociedade bem mais complexa, que não se reduzia, nas relações sociais, ao binômio estancieiro/peão livre e, na economia, ao domínio das charqueadas.

Uma das fontes utilizadas para testar suas hipóteses foi o censo realizado em 1784/85 denominado *Relação dos moradores que tem campos e animais no continente*<sup>16</sup>. Neste relatório a autora analisou a que título as pessoas ocupavam terrenos, em quais atividades se dedicavam e os animais que possuíam, num continente que a época possuía somente 19 freguesias e distritos.

Helen Osório (1995) salienta que um tipo de ocupação de terra chama a atenção e reflete uma determinada condição econômica e social. Tratava-se ‘do viver a favor de’ alguém. Quanto à consulta aos processos de queixas originadas por conflitos de terra, a autora reconhece que existem poucas fontes remanescentes do século XVIII, e que os casos devem ter sido mais frequentes que os registros históricos<sup>17</sup>.

Para dimensionar o tamanho real da escravidão, frequentemente omitido ou subdimensionado nos campos de pecuária, a autora se vale de relatos de governadores, de 1742 e de 1764 e os *róis de confessados* da capela de Viamão e da Nova Paróquia de Bom Jesus, desde 1737 até 1778. Conforme Helen Osório (1995), o exame de inventários *post-mortem*, também revela a presença precoce de escravos, em grandes plantéis. Censos realizados no início do século XIX fazem parte do conjunto de dados da autora.

A pesquisa de inventários *post-mortem*, durante o período compreendido entre 1765 e 1825, também foi levada a efeito pela autora para caracterizar os diferentes tipos de unidades

---

<sup>16</sup>O censo contabiliza que, em 1784, apenas 7% das terras ocupadas tinham sido concedidas sob a forma de sesmaria, 30% sob a forma de datas, 22% por despachos do governador, 13% por posse e 28% não foi informado. O confronto entre as formas de apropriação da terra e as ocupações revela algo mais sobre a estrutura social e econômica que vinha se constituindo na província. Somente os ‘lavradores’ eram detentores de datas. Ao contrário, as sesmarias foram concedidas originalmente aos ‘criadores’ e aos ‘criadores e lavradores’.

<sup>17</sup>Em geral envolviam militares de alta patente que obtinham alguma concessão legal de terras, as quais já estavam ocupadas por lavradores.

produtivas. Através da descrição do patrimônio e bens do falecido, estes registros permitiram a Helen Osório sentenciar, nas palavras dela, “*a estância do último quartel do século XVIII e das duas primeiras décadas do XIX não pode mais ser tomada como sinônimo exclusivo de atividade pecuária*”, bem como de grande extensão de terra. Além disso, a escravidão esteve disseminada nos campos e povoados sulinos.

### **Verificando Os Avanços Na Historiografia Gaúcha**

Como era contada a história tradicional da agricultura brasileira? A história contada pelos autores tradicionais estava incompleta. As obras visitadas neste trabalho mostram que os autores tradicionais subestimaram e despenderam mínimo esforço para compreender e caracterizar o tecido social que estava envolvido no setor de subsistência ou marginal, assim chamado por abarcar todas as atividades fora do complexo agro-exportador, escravocrata e baseado em monoculturas.

Exatamente como sentenciaram Silva e Linhares (1995) e Guimarães e Motta (2007), o presente trabalho identificou que os estudos de Caio Prado Jr. e Celso Furtado procuraram compreender e apresentar a sociedade brasileira basicamente através de condicionantes externos. Ambos os autores reconhecem a existência de um tecido social marginal ou de subsistência, mas mínimo esforço empreenderam para tentar compreendê-lo. É digno de nota salientar, em conseqüência do alerta no texto de Silva e Linhares (1995), que os estudos tradicionais consultados não tiveram preocupação com a identificação de conflitos rurais e mobilização social, podendo assim transparecer, a idéia de que o processo de ocupação do espaço rural brasileiro foi estabelecido num ambiente de harmonia e paz.

Com base no que disseram Silva e Linhares (1995) e de Guimarães e Motta (2007), pode-se afirmar que a metodologia utilizada por Caio Prado Jr. e Celso Furtado seria incapaz de compreender com profundidade a dinâmica da reprodução social dos segmentos marginais. A opção de pesquisa em escopo geográfico nacional, e temporalmente, abarcando vários séculos, impediria esses autores de realizar um trabalho que retratasse especificidades locais e as relações sociais que se estabeleciam marginalmente ao complexo agro-exportador escravista. Além do mais, consultando a obra mais famosa de Caio Prado Jr., bem como autores que pesquisaram esse renomado estudo, constatou-se que as fontes de dados utilizadas se fundamentaram fortemente em relatos de viajantes estrangeiros e cronistas e tratadistas que escreveram sobre a colônia. Como critica Nova (1996), a concepção metodológica da obra de

Prado Jr. está hoje superada, na medida em que o autor lançou mão de uma visão fundamentalmente europocêntrica da história.

Fazendo o mesmo tratamento com a obra mais famosa de Celso Furtado observou-se um descaso quase total do autor com a informação relativa às referências bibliográficas utilizadas. Mesmo assim, foi possível identificar o peso dos autores estrangeiros na obra, bem como autores nacionais, que analisaram, anteriormente a Celso Furtado, a sociedade brasileira em formação com base em condicionantes externos. Em adição, salienta-se que Szmrecsanyi (1999) e Coutinho (2008) expuseram críticas a metodologia de análise econômica e histórica desenvolvida por Celso Furtado.

E mais, tanto Caio Prado Jr. como Celso Furtado são considerados tradicionais e ultrapassados por desenvolverem a noção metodológica dos ciclos econômicos, na qual as atividades exportadoras, interesse de pesquisa desses autores, passam por períodos de prosperidade e decadência, sendo este último termo usado como sinônimo de crise de produção da atividade exportadora. Como disseram Silva e Linhares (1995), ao menos na academia, a noção dos ciclos está totalmente superada.

Em resumo, com base nos textos consultados, os autores tradicionais se interessaram em compreender o segmento socioeconômico nacional produtor do que era considerado importante pela metrópole e demais impérios europeus. O que não era importante para aqueles atores externos, foi marginal e subestimado pela pesquisa. Neste enfoque, a principal atividade desenvolvida no Rio Grande do Sul, a pecuária, foi considerada secundária e dependente da dinâmica dos pólos agroexportadores do sudeste e nordeste do país. O que dizer então, das outras atividades gaúchas, desenvolvidas fora do setor pastoril/saladeiril? Foram totalmente desconsideradas pela história agrária nacional generalizante e tradicional.

Por outro lado, a historiografia social agrária moderna está conseguindo avanços diversos, e desta forma, complementando as afirmações e conclusões da historiografia tradicional, e muitas vezes derrubando estereótipos consolidados.

A análise dos trabalhos em história agrária gaúcha, de Paulo Afonso Zarth e Helen Osório, baseada no que apresentaram os textos de Silva e Linhares (1995) e Guimarães e Motta (2007), identificou claramente a presença de avanços da pesquisa historiográfica agrária moderna, tanto em fontes de dados quanto em metodologias.

Primeiramente, salienta-se o escopo regional das pesquisas e o interesse no mercado interno, buscando localmente, compreender a riqueza do tecido social gaúcho, mais além das atividades tradicionais de pecuária e de charqueada.

Apesar do interesse regionalizado, fica expressa, nos dizeres dos autores consultados, a preocupação com a história agrária nacional, como em Zarth (2002). Esse autor afirma que pretende com seu estudo contribuir para uma síntese da história agrária brasileira, a partir de estudos regionais.

Ambos os autores, regionalizaram o escopo territorial e alargaram o período cronológico, em sintonia com as recomendações modernas de pesquisa nesta área. Na mesma linha, como se observou em Zarth (2002), o autor moderno procura definir e defender a abrangência territorial de sua pesquisa tendo por critério a disponibilidade documental regular, homogênea e, sempre que possível serial.

Outra recomendação metodológica moderna, claramente presente nos textos analisados, foram o cruzamento e confrontação entre fontes diversas e entre dados de uma mesma fonte. Assim se observou em Helen Osório (1995). A autora confrontou as formas de apropriação da terra e as ocupações presentes no censo de 1784/85 para revelar mais sobre a estrutura social e econômica que vinha se constituindo na província, contribuindo para desmistificar a imagem agrária cristalizada do Rio Grande do Sul no período colonial.

Além do mais, nota-se em ambos os autores, a preocupação em investigar a economia autônoma de escravos e agregados que desenvolviam atividades não pastoris em estabelecimentos de pecuária, bem como os conflitos originados no interior do processo de ocupação das terras.

Quanto às fontes de dados, primeiramente nota-se nos autores consultados da historiografia gaúcha, um esforço decidido de identificação das fontes de pesquisa por eles utilizadas, em evidente contraste ao que foi observado nos estudos tradicionais. Um esforço em mostrar o caminho trilhado, como uma forma de sinalização para outros pesquisadores que se aventurem na compreensão na história agrária gaúcha.

Chama a atenção, em ambos os estudos, a ênfase colocada na pesquisa em inventários *post-mortem*. Zarth (2002) extraiu desta fonte de pesquisa informações relativas a produção, tecnologia, estrutura fundiária e sobre as relações de trabalho existentes na unidade produtivas. Osório (1995), por sua vez, se valeu dos inventários para caracterizar os diferentes tipos de unidades produtivas da província e a presença da escravidão nas estâncias de pecuária, o que permitiu a autora sentenciar que, no final do século XVIII e início do século XIX, a paisagem do Rio Grande não era tomada exclusivamente pela atividade pecuária em grandes extensões de terra e não estava baseada somente no trabalho livre.

Outra fonte de dados moderna (SILVA e LINHARES, 1995 e GUIMARÃES e MOTTA, 2007) utilizada por ambos, Zarth (2002) e Osório (1995), foram os processos-crime motivados por queixas originadas em conflitos no processo de ocupação das terras.

Em resumo, ressalta-se que Osório (2002) se valeu intensamente do censo de 1784/85 e censos realizados no início do século XIX para testar suas hipóteses de pesquisa. Entretanto, outras fontes aparecem com destaque no estudo da autora, tais como, os inventários *post-mortem*, a consulta aos processos judiciais, os relatos dos governadores da província e os róis de confessados de capelas católicas. No estudo de Zarth (2002), por sua vez, destaca-se o uso de uma fonte considerada tradicional (SILVA e LINHARES, 1995 e GUIMARÃES e MOTTA, 2007), que são os dados provenientes dos acervos de documentos das Câmaras Municipais de Vereadores, que permitiram ao autor analisar diversos aspectos da sociedade da época no âmbito administrativo das vilas. Foram amplamente utilizados também os dados originados em inventários *post-mortem* com a intenção de analisar aspectos presentes nas unidades produtivas. Por fim, cita-se como fonte de pesquisa de Zarth (2002), os relatórios oficiais produzidos em diferentes esferas e setores da administração pública e os processos judiciais.

### **Considerações Finais**

O presente trabalho permitiu verificar que o estudo de Silva e Linhares (1981) influenciou os autores da historiografia gaúcha moderna. Relativamente aos avanços metodológicos, foi possível identificar, que a historiografia gaúcha moderna incorporou as seguintes recomendações: ênfase no mercado interno; preocupação em compreender a dinâmica do setor de subsistência e extrativista; reconhecimento da complexidade do tecido social, com valorização do cidadão comum; regionalização dos estudos; cruzamento e confrontação entre fontes diferentes e entre dados na mesma fonte; mudança no foco de avaliação das listas de registro de posse da terra (da ‘extensão superficial’ para a ‘forma de apropriação’ e ‘relação jurídica’ no uso da terra); reconhecimento dos conflitos e da mobilização social no processo de ocupação das terras; e superação da noção dos ciclos econômicos.

Quanto às fontes de dados modernas recomendadas por Silva e Linhares foi possível identificar que os autores da historiografia gaúcha utilizaram em suas pesquisas as seguintes: inventários *post-mortem*; processos-crime relacionados a conflitos pela posse da terra;

A diferença entre as fontes de dados e abordagens metodológicas é muito evidente em diversos aspectos, ao se analisar os trabalhos de Zarth (2002) e Osório (1995) em relação aos trabalhos de Prado Jr. (2006) e Celso Furtado (2007).

A ausência de análise em obras de autores tradicionais específicos da história agrária gaúcha é uma limitação do presente trabalho. A comparação entre autores tradicionais e modernos que pesquisaram especificamente a história da agricultura do estado certamente seria muito proveitosa na identificação dos contrastes nas fontes de dados e nas abordagens metodológicas utilizadas por estes dois grupos de pesquisadores.

## Referências

- COUTINHO, M. C. **A teoria econômica de Celso Furtado: formação econômica do Brasil.** Disponível em < <http://www.eesp.fgv.br> >. Acesso em: 24 de maio de 2010.
- DACOL, L. V. **A idéia de formação em Caio Prado Júnior.** Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS (Dissertação de Mestrado), 2004.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** 34ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MOTTA, M. e GUIMARÃES, E. História Social da Agricultura revisitada: fontes e metodologias de pesquisa. **Diálogos.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2007. v. 11, n. 3, p. 95-117.
- NOVA, C. Resenhas: Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia. **Revista Afro - Ásia.** n.17. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996. Disponível em <<http://www.afroasia.ufba.br>>. Acesso em: 24 de maio de 2010.
- OSÓRIO, H. Estrutura agrária e ocupacional. In: CAMARGO, F.; GUTFREIND, I. ; REICHEL, H. (Org.). **Colônia.** (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). Passo Fundo: Meritus, 2006, v. 1, p. 153-170.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** 23ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SZMRECSÁNYI, T. Sobre a formação da *Formação econômica do Brasil* de C. Furtado. In: **Estudos Avançados.** Instituto de Estudos Avançados - São Paulo: USP, v. 13, n. 3, set./dez. 1999.
- SILVA, F. C. T. e LINHARES, M. Y. L. Região e História Agrária. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, v. 8, n. 15, p. 17-26.
- ZARTH, P. A. **Do arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX.** (Coleção ciências sociais). Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.